



Com apoio de partidos de oposição, PSDB articula CPI para apurar caso Palocci

Diante do silêncio do ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, sobre o súbito crescimento de seu patrimônio, os líderes do PSDB no Congresso recolherão assinaturas para a abertura de uma CPI Mista de investigação do caso.

“Já conversamos com o líder do PSDB no Senado, Alvaro Dias, e com o presidente do partido, Sérgio Guerra. Dada a gravidade do caso, que a cada dia ganha maiores proporções, é preciso que haja uma apuração profunda e uma CPI Mista é o melhor instrumento”, disse o líder tucano na Câmara, **Duarte Nogueira (SP)**. “Não podemos ficar insensíveis diante da repercussão desse escândalo”, afirmou **Alvaro Dias (PR)** ao site de “Veja”.

Ao longo da semana, o Palácio do Planalto mobilizou uma tropa de choque e derrubou os pedidos da oposição para que o braço direito de Dilma Rousseff desse explicações.

Segundo o jornal “Folha de S. Paulo”, a Projeto, firma de consultoria de Palocci, faturou R\$ 20 milhões em 2010, ano em que ele coordenou a

campanha da presidente. O chefe do principal ministério da Esplanada se recusa a revelar os clientes e valores cobrados. Essas informações poderiam ser detalhadas na comissão de inquérito, que, para ser aberta, precisa do apoio de 171 deputados e 27 senadores.

R\$ 20 milhões

É quanto a empresa de Palocci teria faturado em 2010, ano em que ele coordenou a campanha de Dilma.

Na última terça-feira (17), Nogueira e outros tucanos protocolaram ofício no Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) questionando se há registro de movimentações financeiras atípicas de Palocci e da empresa.

Parlamentares entregaram pedido de convite para que o petista fosse à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, mas a base aliada impediu a reunião, assim como a votação da convocação do ministro no plenário da Câmara. Alvaro Dias anunciou a entrega de representação na Procuradoria-Geral da República. O deputado **Fernando Francischini (PR)** pediu a realização de audiência com parceiros de Palocci na empresa. @

@ **ITV: que tipo de milionária prestação de serviço terá oferecido ao mercado o poderoso executivo petista?**

Nota à imprensa: comissão de inquérito é “recurso extremo”

Em nota à imprensa, os líderes de partidos da oposição no Congresso (PSDB, DEM, PPS e PSOL) afirmam que o pedido de CPI para investigar o crescimento do patrimônio do ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, é um recurso extremo. A comissão foi proposta diante da operação montada pelo governo para blindar o petista.

“A CPI é o recurso jurídico extremo que os partidos podem lançar mão para apurar um fato de relevante interesse público”, afirma trecho do documento. As legendas iniciaram na sexta-feira (20) a coleta de assinaturas para a instalação da comissão. O foco é o crescimento patrimonial da empresa Projeto Consultoria Financeira e Econômica – da qual o petista é sócio majoritário –, a percepção de vantagens indevidas e a relação com a campanha de 2010.

Os partidos entenderam que a CPI é o mecanismo apropriado para elucidar os fatos. As legendas apoiarão outras iniciativas legislativas que assegurem a fronteira entre interesse público e privado.

Veja a íntegra da nota no blog @

“A CPI é justamente para esclarecer e colocar o Brasil a par dos fatos. Está na hora de mostrar para a população o que realmente está acontecendo nessa podridão do governo do PT.”

■ Dep. Antonio Imbassahy (BA)

“Todo homem público tem que deixar transparentes seus atos. É um escândalo nacional, pois uma pessoa importante teve um aumento expressivo do seu patrimônio. A CPI é para que tudo seja esclarecido.”

■ Dep. Alfredo Kaefer (PR)

“A CPI deixará claro para a população a origem desse faturamento. Ficou tudo muito suspeito. Ao invés de se explicar, ele ficou se comparando com outros gestores.”

■ Dep. Carlos Brandão (MA)

“Atores do governo dão por encerrado o assunto autoritariamente. É importante para o culto dos bons valores da ética e da honestidade que tudo seja colocado em pratos limpos.”

■ Dep. Marcus Pestana (MG)

“O PT tem uma regra para ele e outra para os cidadãos. A Casa Civil parece ser o grande centro das articulações da falta de limite entre patrimônio público e privado.”

■ Dep. Nelson Marchezan Junior (RS)

“A transparência é fundamental para a democracia. Se o governo não é transparente, perde legitimidade. O ministro exerce uma função pública. Essa função pertence à sociedade.”

■ Dep. André Dias (PA)

“Quando você é acusado de alguma coisa e se recusa a vir a público dar explicações, isso começa a soar como confissão de culpa.”

■ Dep. Domingos Sávio (MG)

Sistema tributário brasileiro penaliza os mais pobres, afirmam parlamentares

O sistema tributário brasileiro, além de ter uma das maiores cargas do mundo, é confuso e penaliza os trabalhadores com os salários mais baixos. Esse é o entendimento dos deputados **Marcus Pestana (MG)**, **Valdivino de Oliveira (GO)** e **Nelson Marchezan Junior (RS)**. De acordo com o jornal "Folha de S.Paulo", a atual estrutura tributária do país afeta principalmente as camadas da população com menor renda. A conclusão é do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Segundo o órgão, 32% do salário do brasileiro com renda per capita de R\$ 127 são convertidos em pagamento de impostos.

Para Marcus Pestana, o governo do PT está longe de fazer justiça social e mostra baixa capacidade de promover uma reforma que desenvolva o país. "É um sistema tributário totalmente injusto e que agrava a situação de

desigualdade", frisou.

Marchezan Junior lembra que o Brasil, ao mesmo tempo em que figura entre os dez países com a maior carga tributária, está entre as cinco nações com o menor nível de investimento público. "Quanto menos se ganha, maior é o percentual destinado a sustentar a máquina pública, que o PT transformou em corrupta e incompetente", acusou. Segundo ele, a carga tributária afeta 52% da renda de quem ganha até dois salários mínimos (R\$1.090) e cerca de 30% para quem recebe até 30 salários (R\$ 16.350).

Segundo Valdivino de Oliveira, é preciso fazer uma reforma tributária. "Desonerando a produção, o governo vai diminuir a carga dos mais pobres. Uma mudança pode fazer com que deixemos de exportar nossas matérias-primas e exportemos empregos", completou.

R\$ 85 bilhões

É quanto o governo arrecadou em abril, um recorde para o mês. O valor se deve ao aquecimento da economia e à alta do IOF.

Domingos Sávio: governo de Minas é exemplo de competência e ética

O decreto do governador de Minas Gerais, Antonio Anastasia, com novas regras para nomeações de cargos de confiança em autarquias, fundações, secretarias e empresas públicas é um exemplo ético para o Brasil, avalia o deputado **Domingos Sávio (MG)**. As normas impedem de exercer vagas comissionadas pessoas com mandato eletivo cassado, contas rejeitadas por irregularidade insanável ou condenadas pela Justiça Eleitoral sem possibilidade de recurso.

Na opinião do deputado, o governo mineiro dá sinais de referência em gestão pública e ética, correta e republicana de administrar o Estado. "Minas é um exemplo firme de governo competente e gestão honesta. Anastasia sai na frente e é exemplo ao Brasil inteiro. O Planalto deveria seguir o modelo", afirmou Domingos Sávio.

O governo federal, sob o comando do PT, atua na contramão dos valores morais, acrescenta Sávio. O tucano lembra que vários escândalos marcaram a gestão Luiz Inácio Lula da Silva, tendo como personagens ministros e outras autoridades do Executivo. Muitos foram mantidos nos cargos e hoje têm destaque no governo Dilma Rousseff.

"Minas é um exemplo firme de governo competente e gestão honesta. O Planalto deveria seguir o modelo aplicado no Estado."

■ **Domingos Sávio (MG)**

"O PT decepcionou o Brasil inteiro do ponto de vista dos valores éticos, bandeira que o partido exibiu, pregou, mas ignora na prática. Hoje existe muita corrupção e eles querem colocar para debaixo do tapete e provar que está tudo certo", condenou.


Apesar do exemplo negativo em âmbito federal, o deputado afirma que o PSDB faz o contrário nos Estados onde governa. "Não aceitamos a tese horrorosa do 'rouba, mas faz'. Precisamos de gestão eficiente, transparência na vida pública e honestidade", destacou.

O decreto impede, por exemplo, que agentes do Estado condenados a ressarcir os cofres públicos, em razão de culpa grave ou dolo, assumam empregos de confiança.

A iniciativa é inovadora pela abrangência e tem aplicação imediata. Dirigentes e servidores de todos os escalões que exercem cargo comissionado devem apresentar, num prazo de 30 dias, declaração de que não se enquadram nos novos impedimentos.



Com o decreto, pelo menos 17 mil servidores comissionados do governo de Minas Gerais terão esse período para comprovar que estão aptos a ocupar o cargo.

Leia também em nosso blog:

- ➔ Baixa competitividade no cenário internacional revela fragilidade do país, alertam deputados 
- ➔ Paulo Abi-Ackel repudia veto à extensão de benefícios fiscais nas regiões da Sudene em MG
- ➔ Por iniciativa de Cícero Lucena, grupo de trabalho discutirá débitos dos municípios no INSS
- ➔ Tripoli é homenageado em festa de 25 anos da SOS Mata Atlântica
- ➔ Livro que narra trajetória de Mario Covas será lançado em Brasília no dia 7
- ➔ Direto do Twitter, com os deputados Domingos Sávio (MG), Duarte Nogueira (SP), Ricardo Tripoli (SP) e Luiz Fernando Machado (SP) e o senador Alvaro Dias (PR)

EXPEDIENTE - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF) ■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350

■ Coordenador de redação: Marcos Côrtes ■ Editores: Elisa Tedes e Gabriel Garcia ■ Reportagem: Alessandra Galvão, Artur Filho, Djan Moreno, Laize de Andrade e Letícia Bogéa ■ Editora da Rádio PSDB: Ana Maria Mejia ■ Diagramador: Francisco Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower

As notas com conteúdo adicional no blog estão identificadas com , enquanto aquelas com boletim de rádio disponível em nosso site têm o símbolo 

e-mail: diariotucano@camara.gov.br Blog: <http://www.blogpsdb.com.br> Twitter: <http://www.twitter.com/diariotucano>